

## Os ecos do *Semeador e Ladrilhador* na literatura sobre as cidades coloniais do Brasil

Leonardo Soares dos Santos

O estudo de Sergio Buarque sobre as cidades coloniais (*O semeador e o ladrilhador*) foi pela primeira vez publicado em 1936. Nele se evidencia uma visão extremamente negativa do legado urbano português. Algo que seria ratificado por Gilberto Freyre em alguns de seus estudos, principalmente *Sobrados & Mucambos*. Entretanto estudos bem mais recentes reproduzem e ampliam em boa medida algumas das noções inauguradas pelo autor de *Raízes do Brasil*. Veja-se o exemplo de Emanuel Araújo. Num estudo emblematicamente intitulado *Teatro dos Vícios* (publicado no ano de 2000), por sinal, bastante minucioso e fartamente documentado, o autor se dedica a analisar a vida urbana de diversas cidades do Brasil ao tempo colonial. Em diversos momentos o autor procura documentar aspectos apontados por Sergio Buarque.

Um desses aspectos é o do gosto dos portugueses em estabelecer seus sítios urbanos em lugares elevados, íngremes, de difícil acesso. Vários são os testemunhos citados pelo autor sobre a questão do excessivo número de ladeiras presentes nas cidades coloniais brasileiras. O autor assim comenta esse aspecto da colonização portuguesa:

O próprio local onde se construíam as cidades já era desconfortável para a circulação, para as idas e vindas das pessoas. Os espanhóis submeteram desde cedo a construção de suas cidades coloniais a regras fixas que levavam em conta, seguindo esquemas geometrizes da velha concepção romana de Vitruvius, considerações de defesa e de comércio, mas também de benefício para o morador, em particular no concernente à sua saúde, às facilidades de locomoção e ao atendimento do lazer. Ao que parece, os portugueses, ao contrário, teimaram em prolongar a tradição medieval de ruas em ladeiras tortuosas e íngremes, formando labirintos intrincados e irregulares por onde se postava o casario apertado. Ainda medieval era a insistência em escolher-se a dedo não uma planície para erigir o sítio matriz, mas lugares altos e de acesso difícil. As casas, aí, esparramavam-se sinuosamente das fraldas das colinas ao seu cume, de acordo com os caprichos naturais de súbitas falhas ou de elevações intransponíveis. Esse era o costume lusitano (...).<sup>1</sup>

Característica essa que não teria se resumido às cidades da colônia brasileira como Salvador, Olinda e Rio de Janeiro, mas também Luanda, Goa, Macau e Funchal. Em 1585, Anchieta dizia que Olinda, Ilhéus, Porto Seguro e Rio de Janeiro se erigiram “em lugar

---

<sup>1</sup> ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios*. Transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008. p. 30

eminente” e sobre Salvador, escreveu secamente: “está mal situada em um monte”.<sup>2</sup> Em fins do século XVIII, Luís dos Santos Vilhena, falando também de Salvador, lamentava que os portugueses tivessem escolhido “uma colina escarpada, cheia de tantas quebras e ladeiras”, desprezando a pouca distância “um sítio talvez dos melhores que haja no mundo para fundar uma cidade a mais forte, a mais deliciosa e livre de mil incômodos a que está sujeita esta no sítio em que se acha. E. Araújo cita também as palavras de um francês, que um século atrás passara por Salvador e notara que “é grande, bem construída e bastante povoada, mas sua localização não é vantajosa: ela é alta e baixa, e só há uma rua que seja direita”.<sup>3</sup>

O autor chega a afirmar que em algumas cidades da Índia, os portugueses procuraram seguir as concepções do urbanismo renascentista baseado em Vitruvius, mas no Brasil “prevaleceu a tradição da acrópole fortificada dominando a paisagem. Alegavam que a escolha de colinas se devia a motivos de defesa, mas na realidade acomodavam-se à tradição medieval das cidades alta e baixa, das capelas e fortes postados nos cimos e em torno dos quais se espalhava o casario”.<sup>4</sup>

Outra trilha de Sergio Buarque seguida por E. Araújo é a do improvisado. Só que ele a amplia ao afirmar que isso se devia ao desapego que os portugueses demonstravam à colônia, concorrendo para urbanização marcada por grande desleixo: “por mais de um século os colonos quase sempre encararam o Brasil como coisa provisória do ponto de vista pessoal, como terra onde se podia facilmente enriquecer e logo retornar à Metrópole”.<sup>5</sup> Araújo cita o testemunho de 1551 de Tomé de Sousa que pedia ao rei “por amor de Deus que me mande ir para uma mulher velha que tenho e uma filha moça”. 150 anos depois o governador de Minas Gerais queixava-se em tom semelhante: “Ora, tenha Vossa Excelência compaixão de um homem que vive entre cafres”.

Em 1768 o marquês do Lavradio notava que “os magistrados aqui estabelecidos procuram só acabar o seu tempo para, aproveitando-se da graduação com que a generosidade dos príncipes [os] pôs [n]estes lugares, irem tranquilamente cheios de honra gozar o descanso nas suas pátrias”. Dez anos depois, ele mantinha essa convicção:

Os ministros de ordinário que vêm para estes lugares, segundo o que a experiência me tem mostrado, em nada mais cuidam que em vencer o tempo porque foram mandados, (...) e no tempo que residem

---

<sup>2</sup> Ibidem, p. 31.

<sup>3</sup> Idem.

<sup>4</sup> Idem.

<sup>5</sup> Idem

nos mesmos lugares vêm como os podem fazer mais lucrosos, de sorte que, quando se recolham, possam levar com que fazer benefício às suas famílias.<sup>6</sup>

O próprio Marquês do Lavradio, segundo E. Araújo, não cansava de “contar os meses, dias e horas que me faltam para concluir o tempo deste meu emprego”, lamentando que ainda teria de passar “mais três ou quatro anos de degredo na América”, já que “há muito tempo estou com os olhos longos na barra esperando ansiosamente pelos primeiros navios com os quais me espero livrar de toda inquietação”.<sup>7</sup>

Tal tipo de postura se via também entre a “gente mais simples”. Em julho de 1552 o padre Manuel da Nóbrega escrevia de Salvador a dom João III, relatando o seguinte fato: segundo ele, os funcionários “não querem mais que acabar seu tempo e ganhar seus ordenados”, além disso “não querem bem à terra, pois têm sua afeição em Portugal; nem trabalham tanto para a favorecer como por se aproveitarem de qualquer maneira que puderem”.<sup>8</sup>

Ao final da década de 1620 frei Vicente do Salvador lamentava que não só os reis queriam “colher as suas rendas e direitos” do Brasil, mas também os próprios povoadores, “os quais, por mais arraigados que na terra estejam e mais ricos que sejam, tudo pretendem levar a Portugal e, se as fazendas e bens que possuem soubessem falar, também lhes haveriam de ensinar a dizer como aos papagaios, aos quais a primeira coisa que ensinam é: ‘papagaio real para Portugal’, porque tudo querem para lá”.<sup>9</sup>

Ainda acrescenta o frei que “isto não têm só os que de lá vieram, mas ainda os que de cá nasceram, que uns e outros usam da terra não como senhores, mas como usufrutários, só para a desfrutarem e a deixarem destruída”. Daí residiria, segundo ele, o desleixo com que as cidades eram urbanizadas e a própria condição precária de vida nelas encontradas, “porque atendo-se uns aos outros, nenhum as faz, ainda que bebam água suja e se molhem ao passar dos rios ou se orvalhem pelos caminhos, e tudo isso vem de não tratarem do que há cá de ficar, senão do que hão de levar para o Reino”.<sup>10</sup>

Até Gregório de Mattos, aponta E. Araújo, destacava essa situação: “que os brasileiros são bestas / e estarão a trabalhar / toda a vida por manter / maganos de Portugal (...) a frota

---

<sup>6</sup> *ibidem*. p. 32.

<sup>7</sup> *Idem*.

<sup>8</sup> *Idem*.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 33.

<sup>10</sup> *Idem*.

tudo abarrotada / dentro nos escotilhões,/ a carne, o peixe, os feijões (...) mas se a frota não traz nada,/ por que razão leva tudo?”.<sup>11</sup>

Ao final do XVIII, assim se expressava Vilhena sobre a sua vida em Salvador: “Eu aqui fico purgando meus pecados nesta cidade ou neste degredo como Deus é servido”. E acrescentava ele: “desterrado em uma colônia tão remota”, afirmando ainda que não era “das menores desgraças o viver em colônias longe do soberano”.<sup>12</sup>

Mas chega um momento em que E. Araújo vai além do que é proposto por Sérgio Buarque e afirma categoricamente, que a urbanização feita na base do improvisado ou de maneira desleixada às vezes dava lugar a uma verdadeira falta de urbanização. O que é sugerido por testemunhos que dão conta de uma quase completa falta de estrutura ou atrativos urbanos nas cidades e vilas da colônia. Veja-se o testemunho de Ambrósio Fernandes Brandão em 1618 sobre a “vila de Olinda”, que embora possuísse “mais de dois mil vizinhos” tinha um aspecto “acanhado, de poucas ruas, poucas casas, poucas pessoas, vida monótona, modorrenta, só animada em dias de festa ou de comércio graúdo, quando muita gente dos engenhos vinha à cidade para despachar o açúcar e comprar coisas supérfluas”.<sup>13</sup> O meio urbano, segundo Araújo, era “ralo de gente e falta de animação”. Olhemos agora o caso de Alagoas, sobre a qual em 1630 um relatório holandês informava haver “poucos habitantes” e próximo a ela havia “um povoado denominado Porto Calvo que também conta com poucos habitantes”, e adiante, em Uma, os moradores também “não são numerosos”, em Serinhaém haveria uns quinhentos habitantes, entre eles muitos Albuquerque, “grandes fidalgos segundo se julgam, mas na realidade gente pobre e indigente”. Em relação a Filipéia (atual João Pessoa) o mesmo relatório aponta que “há pouco negócio nessa cidade, que é pequena e situada numa planície; os principais habitantes residem na maioria fora, no campo, a três e quatro milhas da cidade”.<sup>14</sup>

Ao sul da colônia, um recenseamento efetuado por todo o perímetro urbano de São Paulo em 1765 não conseguiu listar novecentas edificações e sua população livre sequer atingia a cifra de quatro mil habitantes.<sup>15</sup> Por essa época, o bispo dom Manuel da Ressurreição confirma tal situação em seu relatório. Dizia ele: “Esta diocese da capitania de São Paulo é tão amplamente extensa como despovoada”. No tocante às demais cidades, “umas são mais,

---

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> Ibidem, p. 34.

<sup>13</sup> Idem.

<sup>14</sup> Ibidem, pp. 37-8.

<sup>15</sup> Ibidem, p. 39.

outras menos povoadas: nenhuma chega a ter cinco mil pessoas; muitas têm só mil e algumas não têm trezentas, pelos róis de confessados”.<sup>16</sup>

São vários os relatos de gente da época afirmando sobre a impossibilidade de vida urbana nas cidades coloniais. Froger, em 1696, dizia sobre Salvador: “Como a cidade é alta e baixa e, por conseguinte, os veículos lá são impraticáveis, os escravos fazem as vezes de cavalos e transportam de um lugar para outro as mercadorias mais pesadas”. Pouco tempo depois, em 1725, La Barbinais observava que “a desigualdade do terreno lhe tira parte de seu adorno e torna as ruas desagradáveis”. Embora seja um relato de meados do século XIX, as observações do engenheiro e arquiteto L.L. Vauthier sobre um bairro de Olinda, são bastante pertinentes:

Conserva, mais do que todos os outros, a marca do antigo sistema de construção. Vedes essas ruas estreitas e mal alinhadas; essas casas agrupadas sem ordem, como em nossas cidades [medievais] antigas, formando ângulos reentrantes e salientes para utilizar uma porção de terreno desocupado ou para manter-se à distância das construções existentes.

(...) Se parecem estreitas as ruas que margeiam as fachadas nesse bairro, as ruelas que as unem o são ainda mais. (...) um animal de carga não passaria por elas. São verdadeiras cloacas que o pé e o olfato do transeunte evitam com cuidado.<sup>17</sup>

Podemos recuar no tempo novamente para surpreender os vereadores da cidade de Salvador reconhecendo em 1536 a precariedade da conservação de vários serviços urbanos. Com certa frequência eram contratados pedreiros para que fizessem “calçadas que faltam nesta cidade e consertos das que estão quebradas”. As reclamações davam conta de que a situação das ladeiras eram as mais graves. Em 1692, por exemplo, os oficiais da Câmara “uniformemente resolveram e assentaram que se reparasse a ladeira que chamam da Preguiça, por contar[-se] estar incapaz de se poder andar, pela ruína que tinha de falta de seixo e pedra”.<sup>18</sup> Tais problemas podiam ser vistos também no Rio de Janeiro, e isso mesmo após a chegada da família real. Johann Pohl dizia em 1817 que nela “a pavimentação é ruim e a iluminação das ruas é fraca. Araújo lembra que lembra trinta anos depois o aspecto das vias públicas dessa cidade permanecia como na época dos governadores e vice-reis, conforme depoimento de Thomas Ewbank: elas, as ruas, “são estreitas: a rua da Alfândega, por exemplo,

---

<sup>16</sup> Idem.

<sup>17</sup> Ibidem, p. 43.

<sup>18</sup> Ibidem, p. 45.

tem apenas cinco metros e meio de uma parede a outra, largura geral em todas as outras partes da cidade.<sup>19</sup>

Nesse contexto, os hábitos anti-urbanos vicejavam. Ainda mais quando se leva em conta que o sentido de urbanidade está diretamente ligado a civilidade. Que o diga o horrorizado Marquês do Lavradio, que num relatório de 1779 que observava que havia no Rio de Janeiro “o terrível costume que todos os negros que chegavam da costa da África a este porto, logo que desembarcavam, entravam para a cidade, vinham para as ruas públicas e principais delas não só cheios de infinitas moléstias, mas nus”; e, acrescentava, “no meio das ruas onde estavam sentados em umas tábuas que ali se estendiam, ali mesmo faziam tudo o que a natureza lhes lembrava, não só causando o maior fétido nas mesmas ruas e vizinhas, mas até sendo o espetáculo mais horroroso que se podia apresentar aos olhos”.<sup>20</sup>

Sobre Salvador, Thomas Lindley dizia pelos anos de 1802 e 1803 que as “ruas são tão apertadas, estreitas, miseravelmente pavimentadas, nunca estão limpas, apresentando-se sempre repugnantemente imundas. Os fundos de várias delas são depósitos de lixo. Dez anos depois um outro viajante reclamava do “aroma penetrante que emana por todas as fendas na rua”, além disso, “seus devotos mostram-se tão sinceramente seus admiradores [do mal cheiro] que as oferendas nunca são retiradas, exceto sob a influencia combinada do Sol, do vento e da chuva”.<sup>21</sup>

Ainda sobre Salvador, há relatos desde o século XVII a respeito da falta de higiene da cidade. Temendo um surto epidêmico, a Câmara resolveu nomear dois meirinhos especialmente dedicados à limpeza

foi requerido pelo juiz do Povo que, porquanto esta cidade era muito populosa e o serviço dela se fazia todo por escravos, e sobre [a] limpeza dela se não pudera até agora conseguir o meio para se fazer, e das muitas imundícies que se lançam pelas ruas e praças dela se entendia que resultam muitas doenças agudas que nela havia, havendo sido antigamente muito sadia, (...) era muito conveniente que se fizessem dois almotacés de limpeza, a exemplo das cidades populosas do reino de Portugal.<sup>22</sup>

Como a completar o quadro de tamanha precariedade havia ainda a questão das habitações. A pior possível, segundo E. Araújo: “baixas, pequenas, mesquinhas, miseráveis, tal

---

<sup>19</sup> Idem.

<sup>20</sup> Ibidem, p. 47.

<sup>21</sup> Idem.

<sup>22</sup> Ibidem, p. 49.

é o repertório de adjetivos presente nas descrições das moradias, feitas por estrangeiros surpresos e chocados com essa pobreza que agredia sua sensibilidade”.<sup>23</sup>

Um dos “agredidos” teria sido Jean de Léry, que parecia estar bastante incomodado em ter que dormir “num casebre coberto de palha, que um escravo construía a seu modo à beira-mar”, quando de sua passagem pela baía de Guanabara em 1557. Outras “vítimas” de tal estado teriam sido os próprios holandeses, em especial Barlaeus, que dizia sobre os habitantes de Filipéia: “quando vão construir uma casa, levantam primeiro os esteios e escoras, estendem sobre eles um ripado sobre o qual armam o telhado coberto de telhas ou de folhas de coqueiro. (...) As paredes laterais são formadas de varas rebocadas, sem capricho nem elegância”. Falando sobre o Maranhão, ele acrescenta que viu casas “construídas de troncos de árvores ligados entre si e de folhas de palmeiras”.<sup>24</sup>

Os cultos e civilizados holandeses teriam as suas impressões ratificadas por Alexandre Rodrigues Ferreira, um naturalista que ao viajar por São José do Rio Negro, “concluía severamente”:

A arte é que ensina que nestes sítios úmidos, aquosos e alagados seria necessário viver em casas altas, antes no segundo e terceiro andar que no primeiro. A arte é a que ensina que se deveria evitar a morada de casas térreas e lajeadas de pedra ou de tijolo sem serem assobradadas ou terem fundamento algum, ou de ossos calcinados, ou de pó de carvão, ou de areia enxuta.

A arte, finalmente, é a que ensina que as varandas devem ser espaçosas, as janelas rasgadas e umas e outras voltadas para os ventos mais sadios que discutem o ar, varrem as atmosferas particulares e conservam as vidas dos habitantes por tempo mais dilatado.

Sem embargo do que ensina a arte, nem as povoações têm sido até agora fundadas, nem as casas dos moradores edificadas segundo as regras da arquitetura médica e política aplicável ao país. O comum de todas elas é serem térreas; as que não são totalmente, são quase térreas, porque suposto que os pavimentos delas algum tanto se levantem sobre o nível da terra, poucas são assoalhadas, [e] todas são construídas pela maneira seguinte: levantam-se os esteios, que são de madeiras mais fortes duráveis, cujas extremidades se fincam na terra..., [mas] em vez de pregarem os caibros, que lhes atravessam para fazer o engradamento, atam-nos com os cipós (...) e sem adubarem o tijuco, nem muitas vezes fazerem uso da colher [e] mesmo à mão vão emboçando o frontal. Para resguardarem da chuva o lugar imediato aos alicerces que eles não têm, guarnecem-se da chuva o lugar imediato aos alicerces que eles não têm, guarnecem-no de uma sapata de pedra e cal, quando a há, revestida de tijolo.

(...) Muito poucas são as casas cobertas de telhas, e o comum das que o são, é serem de telha-vã. Ordinariamente as cobrem de palha de obim, que não dura mais do que quatro anos.<sup>25</sup>

---

<sup>23</sup> Ibidem, p. 71.

<sup>24</sup> Idem.

<sup>25</sup> Idem.

Debret também não deixaria de notar a “péssima construção das casas térreas que ainda hoje [início do século XIX] margeiam a quase totalidade das ruas no Rio de Janeiro”. E Pohl, falando sobre Vila Boa, capital de Goiás, destacava que a cidade inteira tinha cerca de setecentas casas, a maioria construída de madeira e barro, de um só andar, “na estação chuvosa freqüentemente nelas penetra água e então desabam muitos desses casebres mal construídos”.

Depois de tão farta documentação, E, Araújo, sentido ter realizado seu objetivo em demonstrar o quadro mais aterrador possível das cidades colônias brasileiras, assim resume a questão:

Assim emergem para nós, de documentos e escritores, as cidades coloniais. Muitas vezes mal localizadas e ralmente habitadas, quase sempre de ruas estreitas e imundas, abrigavam uma população em sua maioria de gente que ocupava construções acanhadas e miseráveis. As residências nobres e os prédios oficiais davam a dimensão do contraste, por opulentos e sólidos, com as casas dos moradores pobres, a maioria das quais não conseguiu sobreviver ao tempo.<sup>26</sup>

Mas tudo isso que viemos acompanhando até aqui, desse quadro sofrível e precário sobre as cidades da época colonial, tem alguma lógica? Não me parece que essa indagação tenha sido suficientemente tratada pelos autores em suas pesquisas, especialmente Sergio Buarque e Emanuel Araújo. As formas de alinhamento das ruas, a ocupação costeira, a recusa por parte dos portugueses em interiorizar a colonização do Brasil – tudo isso pertenceria simplesmente a ordem do improvisado, da inapetência, do errático, do caótico? Não queremos afirmar, de antemão o contrário. Mas entendo que muito do que se afirma ser uma especificidade do empreendimento colonizador português, na verdade podia ser encontrado em diversos cantos do próprio mundo ocidental. Mais do que isso, é preciso que apreendamos as possíveis lógicas que talvez estivessem presidindo as ações e planos estabelecidos pelos portugueses em suas possessões ultramarinas, principalmente o Brasil. É preciso, portanto, que se descortine a outra face desse processo.

---

<sup>26</sup> Ibidem, p. 73.